

O(utras)rígens: Historiografias da psicanálise brasileira

O(ther)rígins: Historiographies of Brazilian psychoanalysis

O(tras)rígènes: Historiografías del psicoanálisis brasileña

Autres origines: Historiographies de la psychanalyse brésilienne

 10.5020/23590777.rs.v25i3.e14557

Thomaz Chaves Della Vechia  

Psicólogo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2019). Mestre em Psicanálise pelo PPGCLIC/UFRGS (2023), com orientação do Prof. Dr. Carlos Henrique Kessler. Psicólogo clínico e supervisor de estágio na FADEM (Fundação de atendimento de deficiência múltipla), em Porto Alegre (RS). Foi docente e supervisor no curso de psicologia da UNICNEC (Osório) entre 2023 e 2024. Psicólogo clínico e psicanalista em consultório particular. Integrante do corpo clínico da Com Verso: Psicanálise e Poesia, com coordenação de Priscilla Machado de Souza. Supervisor externo da Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS.

Carlos Henrique Kessler  

Professor Associado do Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana; Coordenador do PPG Psicanálise: Clínica e Cultura (2023-); da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1994-). Pós Doutorado em Psicologia Clínica na Universidade de São Paulo (2019-21). Doutor em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009) com estágio sanduíche na Universidade de Paris VII (2008-2009). Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1991).

Resumo

Este artigo busca tensionar as diferentes estratégias historiográficas da psicanálise no Brasil. Dessa forma, apresenta uma análise crítica dos interesses e dos significantes predominantes nos diferentes projetos historiográficos da psicanálise no país. Ao reconhecer a parcialidade como condição da historicização, este trabalho interroga os pactos que fundamentam o desejo de escrita histórica, com o objetivo de apontar a historiografia como modo de reificar ou combater exclusões epistêmicas. Por fim, verifica-se que a racialidade se constitui como elemento capaz de traçar novos percursos historiográficos na psicanálise brasileira.

Palavras-chave: psicanálise brasileira, escrita da história, clínica, racialidade.

Abstract

This article seeks to examine the diverse historiographical strategies of psychoanalysis in Brazil. It offers a critical analysis of the interests and signifiers that prevail across the various historiographical projects of psychoanalysis in the country. Recognizing partiality as a condition of historicization, the paper interrogates the pacts that sustain the desire for historical writing, aiming to identify historiography as a means to either reify or contest epistemic exclusions. Finally, raciality is proposed as an element capable of tracing new historiographical trajectories within Brazilian psychoanalysis.

Keywords: *brazilian psychoanalysis, writing of history, clinic, raciality.*

Resumen:

Este artículo busca problematizar las diferentes estrategias historiográficas del psicoanálisis en Brasil. Presenta un análisis crítico de los intereses y significantes predominantes en los diversos proyectos historiográficos del psicoanálisis en el país. Reconociendo la parcialidad como condición para la historización, este trabajo interroga los pactos que subyacen al deseo de escritura histórica,

buscando identificar la historiografía como una forma de cosificar o combatir las exclusiones epistémicas. Finalmente, la racialidad es vista como un elemento capaz de trazar nuevos caminos historiográficos en el psicoanálisis brasileño.

Palabras-clave: *psicoanálisis brasileña, escritura de la historia, clínica, racialidad.*

Résumé

Cet article cherche à mettre en tension les différentes stratégies historiographiques de la psychanalyse au Brésil. De cette manière, il présente une analyse critique des intérêts et des signifiants prédominants dans les différents projets historiographiques de la psychanalyse dans le pays. En reconnaissant la partialité comme condition de l'historicisation, ce travail interroge les pactes qui fondent le désir d'écriture de l'histoire, afin de montrer l'historiographie comme un moyen de réifier ou de combattre les exclusions épistémiques. Enfin, on constate que la racialité constitue un élément susceptible d'ouvrir de nouvelles perspectives historiographiques dans la psychanalyse brésilienne.

Mots-clés: *psychanalyse brésilienne, écriture de l'histoire, clinique, racialité.*

Dentre os desafios enfrentados pela psicanálise para estabelecer sua especificidade, a questão histórica se sobressai como um dos mais proeminentes. Essa historicidade configura-se como um elemento altamente articulado com o campo de disputas sobre a cientificidade da psicanálise. É importante mencionar que a atribuição do estatuto científico à psicanálise é um tema recorrente desde as primeiras elaborações de Freud, refletindo um processo longitudinal à trajetória de institucionalização das práticas e teorias psicanalíticas. Assim, escrever a história da psicanálise envolve tecer aproximações, separações ou, pelo menos, alguma descrição da problemática existente entre a psicanálise e a ciência, a fim de conferir alguma origem à prática analítica. Esse conflito, ainda sem solução definitiva, incide na posição da psicanálise nos contextos que participa – há, sem dúvida, uma alteridade que habita a prática psicanalítica em qualquer vizinhança que venha a estabelecer, e o inconsciente é parte central disso.

A noção de inconsciente (Freud, 1915/2006; 1914/2012), como aquilo que baliza a práxis analítica, introduziu, no campo da produção de conhecimento, o desafio de constituir novas formas de investigação. Essas formas devem ser simultaneamente solidárias a um rigor próprio da ciência e à especulação inerente às buscas pelo que persiste sem nome (Lo Bianco, 2003).

O encontro da psicanálise com a universidade não se dá de outra forma. Este trabalho, originado de uma pesquisa de mestrado, pretende analisar, de forma crítica, a partir do levantamento das produções historiográficas acerca da psicanálise no Brasil, quais diferenças discursivas existem entre os projetos históricos da psicanálise e o recorte dos problemas privilegiados pelas gerações de pesquisadores do país. Nesse quadro, o objetivo é apresentar hipóteses sobre como a atividade historiográfica pode ser uma ferramenta para a pesquisa de problemas interseccionais da clínica e da teoria, aos quais a psicanálise tem sido convocada a responder.

“História da psicanálise” é uma expressão com mais de um sentido, sendo necessário distinguir duas acepções distintas. Uma delas diz respeito à significação usual do termo “história”, ou seja, refere-se ao trajeto de constituição por meio do tempo, o que a torna um campo teórico e clínico por excelência, ou, até mesmo, considera sua genealogia. Estaríamos diante de uma concepção histórica tradicional – a história é, portanto, aquela que aborda a psicanálise como advento, contextualizada com o que dá sua causalidade, que a engendra como partícipe de eventos relacionados. Essa acepção leva a um contato direto com a disciplina histórica, com métodos que exigem a avaliação do saber, extraído a partir dos arquivos. Sua relação com a linguagem é distinta daquela constituída pela psicanálise, considerando a diferença entre signo, significado e significante e sua centralidade no âmbito clínico (Lacan, 1957/1998c).

Para a psicanálise, a história não pode ser evocada apenas como aquilo que a precede, pois há também uma história que a sucede, por ser seu produto. Freud demonstrou que suas articulações, a partir da prática clínica, tem relação com algo que ficou de fora da história de quem o procurava, retornando como sintomas de diversas formas (Freud, 1900/2006; 1915/2004; 1915/1976). Evidencia-se que não é possível igualar a psicanálise a um fazer histórico – a clínica psicanalítica não se caracteriza, exclusivamente, pela tentativa de recompor ou reescrever a história de vida do sujeito, ainda que não se desfaça dessa tarefa. Assim, a psicanálise observa, no resgate de fragmentos e discursos do passado por meio da fala, uma ferramenta fundamental que sustenta os elementos mais basais. A clínica psicanalítica, portanto, é composta por procedimentos históricos (Rona, 2010), que se encontra com um passado que se pretende ignorar e que, por isso, retorna como formação inconsciente.

O que se expõe é o entendimento da psicanálise como objeto da história que a origina e das operações que ela própria descreve. Como veremos, há uma tradição de autores que pesquisam o campo da psicanálise a partir desse entendimento, posicionando-a como fenômeno determinado social, cultural e politicamente. Dessa forma, por produzir o registro de sua

própria historicidade, é capaz de reproduzir os processos inconscientes que situa, como os diferentes modos de divisão e apagamento, como o recalque.

Para construir uma historiografia da psicanálise, é preciso, então, enfrentar a natureza do histórico na trajetória de um campo que subverte tanto o estatuto temporal da sucessão de eventos quanto a condição de verificabilidade desses eventos. Poderíamos afirmar que a tentativa de reclamar um passado perdido se traduz na possibilidade de a psicanálise dar nova moldura ao presente, conjecturando uma estilização da história como criação de linguagem ou, como diria Butler (2003, p. 200), outra “repetição estilizada de atos”, capaz de inscrever novas relações de causalidade. Nesta investigação, examinaremos uma bibliografia em que essa causalidade também está sob disputa – o registro desse conflito nos antecede, indicando a importância de observar não apenas os momentos das produções historiográficas da psicanálise no país, mas também as mãos que as escrevem.

Historiografias: caminhos e condições

O primeiro escrito sobre a história da psicanálise no Brasil é de Julio Pires Porto-Carrero, psiquiatra branco e entusiasta da teoria freudiana. O texto “*Psychanalyse – a sua história e o seu conceito*” (1928) é um marco importante para entendermos de que maneira a psicanálise passou a integrar um campo de interesse da classe médica no país. Sendo tão antigo “quanto a própria emergência do saber em terras brasileiras” (Rubin, 2020, p. 213), o texto de Porto-Carrero foi escrito como parte da aula inaugural do “Curso de Psicanálise Aplicada à Educação”, projeto educativo sobre o qual se dedicou, como meio de difundir a teoria freudiana. De acordo com Oliveira (2002), o autor

[...] descreve a passagem de Freud com Charcot, as querelas com Breuer sobre a etiologia sexual das neuroses, a teoria do trauma, a criação da Sociedade Psicológica das Quartas-feiras, as dissidências com Adler, Stekel, Jung e mais tarde Rank, as contribuições de Abraham, Ferenczi, a entrada em cena de Anna Freud, além de passar em revista os principais escritos de seu mestre, para concluir com algumas referências ao movimento psicanalítico brasileiro (Oliveira, 2002, p. 145).

O texto, que se concentra no contexto europeu e reserva apenas um último e breve segmento aos brasileiros, antecede um relatório escrito pelo psiquiatra em 1929, “A contribuição brasileira à *psychanalyse*”. O aceno ao texto “Contribuição à história do movimento psicanalítico” (Freud, 1914/2012) tenta descrever o estabelecimento da psicanálise no Brasil, em um contexto que Rubin (2020, p. 214) qualifica como o da “busca por uma legitimidade da Psicanálise, ao nomeá-la como uma ‘ciência verdadeira’ e conectá-la a importantes nomes da intelectualidade e da Psiquiatria da época”.

Algo que a contribuição histórica de Porto-Carrero conserva de comum com o texto freudiano é o contexto pouco favorável para o florescimento da psicanálise, mas possível por razões opostas. Se, no Brasil, o psicanalista fazia um apelo à historicização para arregimentar a trajetória de experiências dos analistas brasileiros – e, assim, forjar certa coesão histórica da psicanálise desde sua chegada no Brasil –, Freud escreve sua contribuição histórica em um contexto de duplo conflito. Seja pelo “impacto das dissidências interiores ao movimento” (Ruperthuz, 2021, p. 709, tradução nossa), com Jung e Adler, seja pelos “importantes estragos em seu círculo íntimo de colaboradores” (2021, p. 708, tradução nossa), causados pela Primeira Guerra Mundial, tornou-se urgente que Freud recorresse à historiografia como método, para “evitar a dispersão do movimento, forjando uma espécie de mito de origem da disciplina que havia criado” (2021, p. 709, tradução nossa).

As contribuições históricas de cada autor tiveram como finalidade a produção de um arranjo narrativo que unificasse um campo cuja promessa de desaparecimento se aproximava, seja por meio da desarticulação de um campo já estabelecido na Europa, seja pelo desafio de iniciar a mesma articulação em território brasileiro. É possível pensar, no entanto, que, desde as primeiras investidas historiográficas na psicanálise, foram convocadas estratégias historiográficas não assumidas como tais, trazendo efeitos de repetição nas tentativas posteriores de historicizar a psicanálise nos contextos em que ela se instalou.

O que se demonstra é uma íntima relação, desde os primeiros textos psicanalíticos nacionais, entre a historicização da psicanálise e as tentativas de inscrevê-la sob a insígnia da ciência. Nessa aproximação, haveria uma aplicabilidade da história como meio para a legitimação da prática analítica à época que foi disseminada (Ruperthuz, 2021, p. 713). Russo (2002) propõe que observemos a questão que se coloca às elites culturais e intelectuais do país no início do século XX: um projeto de nação para um país julgado atrasado, precário e pejorativamente miscigenado, num momento de grandes transformações sociais, políticas e culturais em todo o Ocidente.

Ora, a Psicanálise é uma teoria que vai buscar e apontar a sexualidade onde ela parece não estar, ou seja, que vai falar de um “excesso” sexual que é normal. Representa, deste modo, uma possibilidade de reinterpretar positivamente o “excesso sexual” que parecia marcar o povo brasileiro. A sexualidade, ou seu excesso, não precisa mais ser percebida como um problema em si, já que não é nem boa nem ruim em si mesma [...]. Tem-se aí uma espécie de saída civilizadora para esse país mestiço: o primitivismo dos instintos, das paixões, o sensualismo excessivo das raças inferiores não são empecilhos insuperáveis para o progresso da nação. A civilização, a educação dos instintos e das paixões é possível. [...] Cada um de nós, independente da raça, tem um “eu primitivo” dentro de si, que deve ser educado, civilizado, transformado (Russo, 2002, pp. 55-56).

De acordo com a autora, a psicanálise poderia tanto se afastar do determinismo biológico quanto dar fôlego à promessa de evolução, de desenvolvimento e de civilidade, advinda da inspiração europeia e burguesa. A vanguarda intelectual e os círculos médicos, no entanto, não foram os únicos eixos de espraiamento da teoria freudiana, ainda que tenham sido as vias hegemônicas da historiografia da psicanálise. Houve, ainda, uma terceira via de difusão, menos examinada pela literatura, entre o público leigo (Russo, 2002, p. 53).

No início do século XX, tanto a sociedade brasileira quanto a argentina receberam a psicanálise. De forma distinta do caso francês, em que a institucionalização da psicanálise foi beneficiada pela anterioridade de sua difusão em revistas, publicações literárias e jornais, a psicanálise na Argentina e no Brasil passou a difundir-se “quando o impacto das idéias freudianas no discurso e na prática psiquiátricas já era razoável, embora não houvesse qualquer institucionalização da Psicanálise como ocupação” (Russo, 2002, p. 52).

As publicações populares, revistas e radionovelas passam a receber a psicanálise com curiosidade em meio à transformação da “questão sexual”: o amplo interesse pela sexualidade surgia como tema socialmente relevante. Com o crescimento do mercado gráfico e da procura por temas relacionados à ciência, à tecnologia, à autoajuda e à sexologia (Russo, 2002, pp. 52-53), a psicanálise apresentava-se como uma teoria interessante, pois parecia formular uma posição própria nesse campo de questões, expandindo os enunciados e posições diante da sexualidade, do trabalho, da família e da religião.

Marcondes (2015) sublinha que, assim como o fim do século XIX na Europa, a primeira metade do século XX no Brasil foi marcada por profunda laicização, divulgação e vulgarização do conhecimento científico. Esses saberes, para se afirmarem em sua universalização, demandaram o investimento de setores que viriam a vetorizá-los até as ditas camadas médias. O público compreendia não apenas o consumidor dos produtos editoriais referenciados pela novidade europeia, mas também os solicitantes do novo tratamento. O autor discute o trabalho de Gastão Pereira da Silva, figura proeminente do cenário de divulgação editorial da psicanálise no Brasil, conforme se expõe, de modo a traçar o argumento inicial deste projeto.

Percebe-se que a obra de Gastão Pereira da Silva está inserida nesse contexto: sua preocupação com a difusão da obra de Freud para um público não especializado, seu didatismo e sua utilização de meios populares como o rádio evidenciam um esforço de divulgação e vulgarização de um conhecimento apresentado por ele como “científico” e, portanto, legítimo (Marcondes, 2015, p. 9).

Em seus primeiros passos no Brasil, o interesse pela promessa da psicanálise não desmontou automaticamente o argumento vigente das teorias de degenerescência, tornando-se, de fato, um suplemento interessante (e temporário) para um discurso fiscalista e moralizante, cuja eficácia permanecia funcional nas instituições médicas, embora ameaçada pela própria radicalidade da psicanálise. Plotkin (2012), no que tange à recepção da psicanálise pelos círculos médicos na América Latina, assevera que ela era entendida como “uma nova linguagem não-ameaçadora e um aparato conceitual para explicar e dar sentido às transformações sociais e culturais, sem necessariamente subverter os valores tradicionais” (Plotkin, 2012, p. 189).

A recém-chegada proposição vienense era bem-vinda, embora “não houvesse qualquer interesse em afirmar a especificidade da nova teoria, ao contrário, a tendência sendo acoplá-la aos antigos pressupostos organicistas vinculados à teoria da degenerescência” (Russo, 2002, p. 53). As primeiras tentativas de historicizar a psicanálise aliam-se às tentativas de viabilizar o projeto civilizador de inspiração europeia, o que torna possível concebê-las como estilização e sobredeterminação de personagens e eventos. Nesse recorte, os interesses subjacentes também merecem destaque.

Os próximos trabalhos historiográficos da psicanálise no Brasil ocorreram em outro contexto e com outros interesses, embora de cores semelhantes aos primeiros. Dessa forma, contavam com razoável adesão da psicanálise na esfera social, sobretudo em virtude da difusão da vida societária e dos vínculos já estabelecidos com a Associação Internacional de Psicanálise (IPA), fundada em 1910, no Congresso de Nuremberg, por Freud. O objetivo era criar a instituição matriz do processo de internacionalização e regularização da psicanálise.

A psicanalista e socióloga Virginia Bicudo escreveu, em 1948, o texto “Contribuição para a história do desenvolvimento da psicanálise em São Paulo”, em que elogiou o pioneirismo do psiquiatra Durval Marcondes na consolidação da psicanálise em São Paulo. É importante sublinhar que, como mulher negra e não-médica, exceção no seu contexto, o legado de Bicudo é mais amplo do que a discussão aqui proposta. No que se refere à escrita histórica, sua contribuição se atenta ao campo interior da consolidação da prática por meio da institucionalização. De modo geral, seu texto articula eventos que se passaram nas instituições psicanalíticas, forjando, assim, uma história que se desliga do contexto social que habilita os discursos que circulam em tais instituições (Lima, 2021, p. 184). Essa posição não era exatamente incomum, e Virginia Bicudo é uma personagem relevante, pois representa os desafios do fazer histórico da psicanálise no Brasil e demonstra a inseparabilidade entre identificações institucionais, sociais ou políticas e a escrita da história.

A partir dos anos 1960, surgem outras publicações “patrocinadas por [instituições] filiadas da IPA e publicadas na Revista Brasileira de Psicanálise” (Machado, 2013, p. 60). Nas décadas seguintes, surgem trabalhos que se aproximam do ideal de uma história “oficial” – segundo Oliveira (2002, p. 148), “pragmática, racionalista e positivista” –, como os de Mokrejs (1993), Nosek (1994), Perestrello (1987, 1991, 1992) e Philips (1997).

Dos citados, destaca-se a teorização de Perestrello, em “Primeiros encontros com a psicanálise: os precursores no Brasil (1899-1937)”, apresentada em 1985, no Primeiro Simpósio do Departamento de Pesquisa da SBPRJ. Seu título, evocativo de um resgate dos primeiros encontros com a psicanálise, dá lugar a um texto que cita apenas médicos homens como pioneiros da psicanálise, argumento cujo critério diz respeito apenas à formação analítica *stricto sensu*. Além disso, relaciona as figuras pioneiras na institucionalização da psicanálise no Brasil, oferecendo o recorte que fundamenta a oficialidade da história da psicanálise, cuja terminologia abre perguntas sobre os encontros com a psicanálise. Aqui, a questão da cientificidade como projeto para a alocação social da psicanálise já está matizada pelo tom institucionalista da IPA e das autoridades psiquiátricas. Outros escritos, especialmente a partir dos anos 1990, apresentarão contrapontos ao recorte produzido pelas histórias oficiais.

História, arquivo e psicanálise

Pensar a história da psicanálise nos faz interrogar sobre sua relação com a sociedade que a envolve, com a qual está em perpétua interlocução. Os conflitos dessas sociedades, embora nos digam algo sobre as negociações da psicanálise, seja no âmbito institucional, seja no clínico, seja no expressamente político, podem ser figurados de diferentes maneiras, a depender das lentes de leitura, assim, dependem de interpretação.

Em “A análise e o arquivo”, Roudinesco (2006) lembra que uma das mais importantes conferências de Lacan foi literalmente perdida. A teoria do estádio do espelho, pensada desde 1936 e apresentada em Marienbad, na República Tcheca, foi retirada por Lacan das atas e reconstituída pela historiadora, por meio de fragmentos.

O arquivo que lhe seria mais fiel, então, “não é mais do que uma idéia evaporada, subsistindo ali não para irradiar algum poder, mas para dar a todo o movimento [...] o apoio de seu vazio central, obrigando a circulação a um perpétuo desvio” (Barthes, 2007, p. 46). Esse argumento, figurado na teoria sobre os significantes em cadeia de Jakobson (1956/1969), aponta para a relação entre arquivo e história: o arquivo talvez seja seu “centro”, no sentido de que é sua condição, mas não pode tornar-se seu equivalente.

Como uma carta roubada (Lacan, 1956/1998b), o arquivo mobiliza os elementos de determinada cena, dando-lhes uma forma, por isso, “a ausência de vestígios ou a ausência de arquivo é tanto um vestígio do poder do arquivo quanto o excesso de arquivo” (Roudinesco, 2006, p. 8). Aquilo que sumiu ou, por vezes, aquilo cujo excesso faz tela de anteparo, é “o capítulo [...] marcado por um branco ou ocupado por uma mentira: é o capítulo censurado” (Lacan, 1953/1998a, p. 260). A marca da ausência causada pelo arquivo é, portanto, a condição para a escrita histórica da psicanálise (de Certeau, 1987/2016, p. 20) – o desafio é fornecer alguma qualidade a essa ausência, desde já presentificada.

Há um hífen que relaciona arquivo e história, e cada tentativa de se aproximar do campo histórico mobiliza os arquivos de forma diferente. A literatura demonstra até aqui que há um compromisso ético inegociável com a separação entre os dois elementos quando nos aproximamos do campo histórico. Toda tentativa de suturar a distância entre eles hipotetiza sua equivalência, finge uma factualidade que se perdeu e tenta elidir uma ausência que abre novos caminhos e leituras.

A consequência dessa perspectiva também possibilita encontrarmos um arquivo vivo, que muda com o tempo, no qual a leitura sempre restitui novas significações e sistemas de relação e interpretação. Para a psicanálise, não só a história é uma criação, produzida por meio de uma montagem de relações e significados que a antecede, os arquivos igualmente se configuram como criações, em razão do poder retroativo que estabelece novas ligações e novas origens.

Se a história se movimenta, seu arquivo também. Como não lembrar, aqui, do método psicanalítico? A psicanálise lacaniana, ao propor a anterioridade lógica do futuro em relação ao passado, mediante a formalização da lógica dos significantes (Eidelsztein, 2012, p. 11; Lacan, 1958/1998d, p. 696), demonstra que a escrita da história feita nas condições do presente mobiliza os elementos de um passado que, pertencendo ao registro do real, está perdido em sua integridade, mas com um traço testemunhável – um traço parcial, instável, inapreensível em sua totalidade, regulado, sobretudo, segundo o *re-corte* que uma pesquisa estabelece.

Em “O avesso da psicanálise”, Lacan (1969-70/1998e, p. 16) propõe que, “para estruturar corretamente um saber, é preciso renunciar à questão das origens”. Em sua obra, o originário não pertence ao campo do saber – constitui, na verdade, a falta no saber: uma falta que não permite preenchimento, por dedicar sua vocação às aberturas necessárias à não totalidade do saber. Kessler (2009) acrescenta que todo saber implica uma perda, um resto necessário. Segundo ele, o “saber seria sempre uma tentativa – fracassada desde a origem no traço unário – de dar conta de algo inapreensível, porque foi constituído no momento mesmo de sua perda” (2009, p. 33).

Nesse contexto, apresentar as diferentes escritas da historiografia da psicanálise no Brasil é apresentar pactos éticos múltiplos – há várias histórias possíveis para um mesmo objeto de pesquisa. Partimos do pressuposto de que historicizar a psicanálise requer profunda atenção às relações de poder que a situam em certa topologia das práticas clínicas – só assim poderemos encontrar vizinhanças que as historicizem de novas maneiras.

Kupermann, cujo livro “Transferências cruzadas” é um exemplo de investigação das dinâmicas de poder e de seus desdobramentos decisivos na história da psicanálise no Brasil, revela a função privilegiada da obediência às mestrias no

decorrer de sua trajetória institucional. Ao traçar uma linha que conecta a “difusão inédita da psicanálise” (Kupermann, 1996, p. 104) no pós-guerra com o aumento do número de pedidos de análise e de candidatos à formação analítica, investiga o surgimento de “um novo tipo de candidato, [...] o candidato ‘normal’” (Kupermann, 1996, p. 104). Para o autor, a “normalidade”, no contexto da institucionalização da psicanálise, caracterizada antes por Gitelson (1954), Heimann (1954) e Sachs (1947), é aplicada ao candidato dotado de certas qualidades que facilitaríamos seu pertencimento à “atmosfera psicanalítica” brasileira. A nova tipologia foi paulatinamente incluída como critério de seleção por parte das instituições. As qualidades do candidato “normal” seriam:

[...] a capacidade de estabelecer relações objetivas em níveis profundos e por um longo período, a capacidade de reconhecer as próprias limitações e de tolerar tensões advindas de problemas de difícil solução sem confusões ou ações precipitadas, enfim, equilíbrio, adaptação [...] E normalidade (Kupermann, 1996, p. 97).

O binário normal/patológico não é novo para a psicanálise. Aqui, é importante frisar que tal estilização predicativa da normalidade está em sintonia e consenso com o que, em termos mais genéricos, também se reproduz socialmente como normal. Na construção de sua hipótese de adjacência entre as práticas das instituições psicanalíticas e as do Exército Brasileiro, Moreira et al (2014, p. 185) afirmam que “as relações entre a psicanálise institucionalizada e o poder dominante no Brasil dos ‘anos de chumbo’ indicam, inequivocamente, o fato de que a psicanálise é indissociável do meio cultural no qual se insere institucionalmente”. Não é difícil, a partir dessa ótica, levantar a hipótese de que a historiografia que não se mostra crítica ao seu laço com a cultura tende a privilegiar a normalidade que lhe é própria. O “candidato normal”: em oposição a quem? Em detrimento de quem? Quais os ingredientes de sua normalidade? Que cor tem o normal?

A tese de Lima (2021) questiona o modelo de estudo da história da psicanálise pela exemplaridade e pela biografia (e, portanto, pela hagiografia), ainda que desenvolva o caso de Amílcar Lobo, candidato à formação analítica que cumpria, simultaneamente, a função de torturador no DOI-CODI (Kupermann, 1996; Lima, 2021), para pensar o contexto do *boom* da psicanálise e sua vetorização para a lógica dos consultórios particulares durante a ditadura militar. Ao discorrer sobre o caso de Lobo, apresenta o episódio enquanto analisador da sistemática autoritária das instituições de formação analítica.

O pesquisador situa a noção de neutralidade clínica como um eixo de sua crítica, argumento ainda utilizado em certos nichos da psicanálise para justificar discursos e/ou silêncios a respeito de manifestações da cultura. Ele faz isso por meio de uma elaboração sobre o apoliticismo pautado na ética adaptacionista, vinculada à noção de maturidade psíquica. Essa noção mostra que a psicanálise produziu condições para se vincular ao cenário político negando essa relação. Um conceito de maturidade cujo invólucro se refere à genitalidade como organizador das relações sociais exclui, pelo menos em parte, dimensões não individuais do sofrimento, do mal-estar e do sintoma (Dunker, 2015).

Rubin, quando investiga as publicações psicanalíticas sobre a adolescência e suas manifestações na cultura durante a ditadura, tenta contextualizar a teorização feita por psicanalistas em relação ao laço social que estabelecem. Denunciando certo pânico moral diante dos “problemas” da delinquência e dos protestos juvenis, a autora considera o material levantado, sobretudo os textos de instituições vinculados à IPA, como indicador de uma inclinação à “psicologização de uma ampla gama de comportamentos, que não eram necessariamente restritos aos adolescentes, mas que, vinculados a essa fase psicológica, neutralizavam seu poder de transformação social e política” (Rubin, 2021, p. 159).

Oliveira, na esteira dos pesquisadores sobre a prática analítica durante a ditadura militar, considera a historiografia da psicanálise como um possível antídoto para a “indiferença mortal daqueles que, por exemplo, adotaram uma posição de “neutralidade” que não implica necessariamente adesão, mas, em vez disso, complacência com uma situação política marcada por extrema violência (Oliveira, 2021, p.43, tradução nossa).

Essa violência política tem raízes muito profundas. A consequência disso para a psicanálise demanda visitas a outros arquivos, sobretudo se entendermos que a psicanálise pode escutar os que foram submetidos à crueldade do Estado, tanto os que sofreram privação de direitos quanto outras violências de natureza política e social.

Os trabalhos supracitados destacam a importância de prestar contas quanto às práticas, leituras e posições reiteradas por psicanalistas durante a ditadura. Em síntese, indicam que a psicanálise pode produzir pactos epistêmicos que neutralizam forças transformadoras que a excedem e incluem, já que a própria psicanálise também alcança interesses menos identificados com o uso autoritário do poder. Christian Dunker aponta para o desconforto dos psicanalistas, quando convocados a traçar sua relação com a esfera do poder, pois seu

[...] exercício [...] a psicanálise haveria de recusar. Esta recusa não deveria servir de argumento nominal para a evitação dos termos em que o problema se coloca do ponto de vista da constituição histórica da psicanálise. Há diversas formas de recusar o poder, há inclusive formas de recusa que funcionam como alibi para sua perpetuação (Dunker, 2011, p. 41).

Em uma perspectiva crítica à neutralidade clínica e política como argumento que balizou os diálogos da psicanálise com as manifestações da cultura, as contribuições recentes ao campo revelam não só que a clínica pode ser um veículo de normatização subjetiva, mas a história sobre a clínica e seus sistemas também pode vir a ser um argumento para justificá-la. A escrita da história é uma operação e uma performance (Pereira, 2017, p. 173): a episteme com a qual sustentamos a

produção de conhecimento anuncia-se a uma escuta que pretende verificá-la, ainda que sua vocação seja tentar ocultar sua parcialidade e sua defesa da normalidade, do ajustamento, da conformação à castração.

A psicanálise e a história da historiografia

Birman e Hoffman (2017) afirmam, em relação à psicanálise na atualidade, que é preciso desafiar “a dificuldade ainda presente hoje na tradição psicanalítica [...] de estabelecer um diálogo franco e aberto com outras ordens discursivas” (2017, p. 17). Nesse sentido, a constituição de um paradigma interdisciplinar e atual no campo epistemológico em psicanálise permite a liberdade de dialogar com historiadores e sociólogos. A valorização desse contato cauciona a vigência de metodologias de pesquisa que respeitem a especificidade psicanalítica e conservem, entretanto, a ideia de que nenhum método, num contexto de pesquisa, garantirá a “pureza” da psicanálise. Dessa forma, posicionar a psicanálise na universidade é entendê-la credora de um saber que pode produzir novos encontros, pois, “com a inscrição definitiva da psicanálise na estrutura da universidade, a psicanálise tem que aprender a conviver, enfim, com as críticas de todas [as] ordens que são colocadas ao seu discurso” (Birman & Hoffmann, 2017, p. 17).

Acrescentamos a ideia de que a psicanálise não apenas é capaz de conviver com as críticas ao seu discurso, mas também extrair delas novas ferramentas que avancem na contramão da estabilização de cenários institucionais pouco diversos. Cidade (2022) aponta que “é preciso que as instituições façam mais do que se dar conta da ausência de não brancos em nosso ambiente, pois, do contrário, reproduz-se a negação e o silêncio de uma sociedade racista” (2022, p. 143). Quando o reconhecimento da branquidão das instituições psicanalíticas não está acompanhado de uma iniciativa de historicização desse processo institucional, que permita o ressurgimento das histórias que compõem a psicanálise, está fadado a compor, no melhor dos casos, soluções vacilantes.

É fundamental visitar os trabalhos atentos às especificidades da escrita histórica do Brasil, sobretudo às mãos brancas que a escrevem (Nascimento, 1977/2018, p. 195). Se escrever a história da psicanálise implica assumir um recorte significativo, cada qual com suas descobertas e formas de historicização, que consequências encontraríamos ao aproximar tal historiografia do elemento da racialidade?

O campo da “história das formas de produção da verdade histórica” (Araújo, 2006, p. 91), chamado história da historiografia, possibilita situar a historiografia brasileira da psicanálise num cenário epistemológico que a excede: se as tentativas de escrever a história “oficial” da psicanálise foram marcadas por sua agenda “pragmática, racionalista e positivista” (Oliveira, 2002, p. 148), é porque ela não está separada da influência das correntes historiográficas ocidentais hegemônicas. Há uma trajetória de produções que ajudam a incluir a historiografia da psicanálise nas condições do campo da historiografia do Brasil. Ou seja, a historiografia da psicanálise está submetida a condições que ela, em muitos casos, desconhece, por desconhecer que toda a historiografia oficial feita no Brasil carrega em si conflitos sobre a maneira que posiciona as relações raciais.

De acordo com Assunção e Trapp (2021), há pelo menos 15 (quinze) anos, a história da historiografia vem ganhando autonomia, à medida que tem se concentrado em “desnaturalizar” as formas de representação da história disciplinar, produzindo perguntas a respeito das condições que instituíram as verdades históricas. A história da historiografia, no entanto, não é imune à força das epistemologias eurocêntricas e à sua inclinação à rasura de histórias negras, não ocidentais e não masculinas.

O empenho coletivo de conferir aos historiadores da historiografia uma postura crítica ao pretensão realismo traçado “no caminho de uma cientificização que detém o espaço europeu como suposto núcleo irradiador do percurso” (Assunção & Trapp, 2021, p. 232) é a via para novas propostas formuladas por alguns autores e autoras. É válido apontar que o problema da cientificização da psicanálise reproduz a mesma dinâmica apontada acima, uma vez que se reporta, para suas considerações históricas, ao núcleo europeu, reiterado como sua única matriz originária.

Sob a perspectiva da psicanálise lacaniana, o diálogo com as propostas dos estudos sobre história da historiografia demonstra que, se estabelecermos separações técnicas e aproximações metodológicas e éticas, os campos são vizinhos, do ponto de vista da epistemologia. Assim, o que as pesquisas contemporâneas em psicanálise e em história têm articulado é a introdução de novos significantes e/ou a alteração do valor referencial de um elemento do próprio campo em relação aos outros.

No campo da história, Chakrabarty (1992), Hartman (2020), Pereira (2017; 2018; 2021), Moura (1990), Nascimento (1977/2018) e Seth (2013) propõem alternativas ao “disciplinamento antinegro e [à] exclusão epistêmica” (Pereira, 2021, p. 483) na historiografia, introduzindo a racialidade e a não ocidentalidade como elementos que reorganizam todo o saber produzido pela história disciplinar ocidental. Moura (1990), que realizou um levantamento de historiadores brasileiros clássicos para demonstrar o racismo de suas teorizações em “As injustiças de Clío: o negro na historiografia brasileira”, afirma que:

O negro, no particular, é o grande desconhecido. Durante todo percurso da nossa história, a sua contribuição tem sido negada direta ou veladamente e apenas destacadas suas qualidades como escravo, produtor de uma riqueza da qual não participa. Os historiadores que se debruçaram sobre a nossa história jamais, ou muito raramente, viram o negro como força dinâmica na nossa formação política, social, cultural ou psicológica (Moura, 1990, p. 12).

Que efeito encontraríamos no contexto historiográfico ao situar, no cerne da origem da psicanálise brasileira, a história das vidas e práticas negras que antecederam seu advento em nosso país?

Origens no futuro: abrindo questões

A consequência dessa tarefa seria estrutural: a introdução ou a alteração de um elemento num conjunto, como Lacan (1966-67/2003) formaliza por meio do estudo da lógica, denota um sistema de covariância de significantes (Affonso & Bairrão, 2021, p. 119) que “designa o fato de que cada um dos elementos é, não o que ele aparenta ser, mas um lugar vazio no sistema de relações que mantém com todos os outros” (Eidelsztein, 2008, p. 51). Lembrar a qualidade dos significantes, resgatada por Lacan na leitura de Jakobson (1956/1969) e Saussure (1916/2006), leva à conclusão de que o estudo pormenorizado da lógica do significante auxilia a aproximar a psicanálise da história – um estudo solidário ao método clínico e à diacronia que lhe é própria, sem prescindir da qualidade sincrônica que os modelos estruturais permitem na obra lacaniana.

Se “a história, enquanto disciplina, não é a única maneira de se acessar o passado” (Pereira, 2018, p. 150), talvez a psicanálise seja uma alternativa à história disciplinar, capaz de encontrar novas tipologias para o originário. Incorporando a história das vidas que orientaram o campo das incidências clínicas antes mesmo de seu advento, a psicanálise teria o poder, a partir desse reconhecimento, de trazer questões sobre a superfície social em que se situa, inclusive quanto aos desafios de sua democratização e à orientação da prática à lógica da neutralidade clínica e da maturidade psíquica. A racialidade pode vir a ser, nesse contexto, um elemento organizador de um projeto historiográfico que situe em que condições estavam aqueles agentes sociais responsáveis pelas práticas de saúde anteriores ao advento da psicanálise no país, superfície social onde ela veio a ter lugar.

Como vimos, a associação da psicanálise à cientificidade, projeto que por muito tempo vigorou como o eixo da historicização da psicanálise, é um levantamento *a posteriori*, que se volta, antes, à versão atual do projeto do que aos fundamentos efetivamente genealógicos da psicanálise. As origens pertencem a um futuro, a um porvir, em vez de corresponderem ao passado: são remetidas sempre à maneira como, enquanto pesquisadores, na formulação de uma historicização, instalamos certas prevalências nos conjuntos de elementos discursivos – prevalências que produzem, por sua vez, novas distribuições narrativas.

A dedicação às ferramentas oferecidas pela psicanálise lacaniana não se resolve aqui. Ao se ressaltar algumas das apostas para uma aproximação entre a psicanálise e a história, introduz-se também um sistema de relações. Nesse sentido, Rona (2010), em seu contato com Granger e Badiou, ajuda-nos a pensar justamente que, no ponto em que a história pode se mostrar alheia à noção de estrutura – por depender da diacronia e da narrativa para valer-se –, poderíamos nos beneficiar da noção de que a história e o evento, “dimensões supostas essenciais ao fenômeno singular humano, poderiam receber tratamento formal” (Rona, 2010, p. 63). Isso significa que a proposta da psicanálise a respeito dos significantes pode oferecer uma via de conciliação entre a diacronia e a sincronia, particulares, respectivamente, à história e à estrutura que a produz e, simultaneamente, é produzida por ela.

Referências

- Affonso, P. H. B., & Bairrão, J. F. M. H. (2021). Estrutura e topologia na psicanálise de Jacques Lacan. *Eleutheria: Revista do Curso de Filosofia da UFMS*, 6(10), 100–125. <https://periodicos.ufms.br/index.php/reveleu/article/view/13106>
- Araújo, V. L. de. (2006). Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. *Locus: Revista de História*, 12(1), 79–94. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20629>
- Assunção, M. F. M. de., & Trapp, R. P. (2021). É possível indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiaspórico e (re)escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. *Revista Brasileira de História*, 41(88), 229–252. <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v41n88-12>
- Barthes, R. (2007). *O império dos signos*. Martins Fontes.
- Bicudo, V. L. (1948). Contribuição para a história do desenvolvimento da psicanálise em São Paulo. *Arquivos de Neuropsiquiatria*, 6(1), 69–72. <https://doi.org/10.1590/S0004-282X1948000100006>
- Birman, J., & Hoffmann, C. (2017). Lacan e Foucault: Conjunções, disjunções e impasses. Instituto Langage / Université Paris Diderot.

- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (R. Aguiar, Trad.). Civilização Brasileira.
- Chakrabarty, D. (1992). Postcoloniality and the artifice of history: Who speaks for “Indian” pasts? *Representations*, 37, 1–26. <https://doi.org/10.2307/2928652>
- Cidade, W. M. C. F. (2022). Questões raciais e formação psicanalítica É tudo para ontem. *Jornal de Psicanálise*, 55(103), 141–148. <https://doi.org/10.5935/0103-5835.v55n103.10>
- de Certeau, M. (2016). *História e psicanálise: Entre ciência e ficção* (Trabalho original publicado em 1987). Autêntica.
- Dunker, C. I. L. (2011). *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica: Uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento*. Annablume.
- Dunker, C. I. L. (2015). *Mal-estar, sofrimento e sintoma: Uma psicopatologia do Brasil entre muros*. Boitempo.
- Eidelsztein, A. (2008). *Las estructuras clínicas a partir de Lacan* (2ª ed., vol. 1). Letra Viva.
- Eidelsztein, A. (2012). El origen del sujeto en psicoanálisis: Del Big Bang del lenguaje y el discurso en la causación del sujeto. *Revista para el Psicoanálisis por Venir*, 5, 7–64.
- Freud, S. (1976). *A interpretação dos sonhos* (J. Salomão, Trad.). Imago. (Trabalho original publicado em 1900).
- Freud, S. (2004). O recalque. In S. Freud, *Obras psicológicas de Sigmund Freud: Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (vol. 1, pp. 13–74). Imago. (Trabalho original publicado em 1915).
- Freud, S. (2006). O inconsciente. In S. Freud, *Obras psicológicas de Sigmund Freud: Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (vol. 2, pp. 75–112). Imago. (Trabalho original publicado em 1915).
- Freud, S. (2012). Contribuição à história do movimento psicanalítico. In S. Freud, *Obras completas* (vol. 11, pp. 177–237). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914).
- Gitelson, M. (1954). Therapeutic problems in the analysis of the normal candidate. *International Journal of Psycho-Analysis*, 35(2), 174–183.
- Hartman, S. (2020). *Intimate history, radical narrative*. Black Perspectives Press.
- Heimann, P. (1954). Problems of the training analysis. *International Journal of Psycho-Analysis*, 35, 163–168.
- Jakobson, R. (1969). *Linguística e comunicação*. Cultrix. (Trabalho original publicado em 1956)
- Kessler, C. H. (2009). *A supervisão na clínica-escola: O ato no limite do discurso* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. <http://hdl.handle.net/10183/17238>
- Kupermann, D. (1996). *Transferências cruzadas: Uma história da psicanálise e suas instituições*. Revan.
- Lacan, J. (1998a). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 238–324). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1953).
- Lacan, J. (1998b). Seminário sobre “A carta roubada”. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 13–66). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1956).
- Lacan, J. (1998c). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 495–528). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1957).
- Lacan, J. (1998d). A significação do falo. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 692–703). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1958).

- Lacan, J. (1998e). O seminário, livro 17. Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1969–1970).
- Lacan, J. (2003). Seminário, livro 14. Escuela Freudiana de Buenos Aires. (Trabalho original publicado em 1966–1967).
- Lima, R. A. (2021). A psicanálise na ditadura civil-militar brasileira (1964–1985): História, clínica e política [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo].
- Lo Bianco, A. C. (2003). Sobre as bases dos procedimentos investigativos em psicanálise. *Psico-USF*, 8(2), 115–123. <https://doi.org/10.1590/S1413-82712003000200003>
- Lo Bianco, A. C., & Costa-Moura, F. (2013). Ato teórico, ato ético. *Tempo Psicanalítico*, 45(2), 249–266. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382013000200002&lng=pt&tlng=pt
- Machado, J. C. (2013). A história da psicanálise no Brasil nas primeiras décadas do século XX e sua influência na concepção e constituição de saúde mental no país [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/15296>
- Marcondes, S. R. A. (2015). Nós, os charlatães: Gastão Pereira da Silva e a divulgação da psicanálise em O Malho (1936–1944) [Dissertação de Mestrado, Fundação Oswaldo Cruz].
- Mokrejs, E. (1993). A psicanálise no Brasil: As origens do pensamento psicanalítico. Vozes.
- Moreira, L. E. de V., Bulamah, L. C., & Kupermann, D. (2014). Entre barões e porões: Amílcar Lobo e a psicanálise no Rio de Janeiro durante a ditadura militar. *Analytica: Revista de Psicanálise*, 3(4), 173–200. <http://www.seer.ufsj.edu.br/analytica/article/view/629>
- Moura, C. (1990). As injustiças de Clio: O negro na historiografia brasileira. Oficina de Livros.
- Nascimento, B. (2018). Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: Possibilidade nos dias da destruição. Filhos da África. (Trabalho original publicado em 1977).
- Nosek, L. (Org.). (1994). Álbum de família: Imagens, fontes e ideias da psicanálise em São Paulo. Casa do Psicólogo.
- Oliveira, C. L. M. V. de. (2002). A historiografia sobre o movimento psicanalítico no Brasil. *Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental*, 3(1), 144–153. <https://doi.org/10.1590/1415-47142002003012>
- Oliveira, C. L. M. V. de. (2021). Writing the history of psychoanalysis in Brazil: Some questions for historiographic research. In C. L. M. V. de Oliveira (Ed.), *Brazilian psychosocial histories of psychoanalysis* (pp. 41–58). Palgrave Macmillan.
- Pereira, A. K. da S. (2017). Intervir no passado performando o tempo: Achille Mbembe e a crítica da razão negra. *História e Cultura*, 6(1), 172–192. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6234986>
- Pereira, A. K. S. (2018). *Espectros coloniais: O passado (re)clamativo e a escrita da história*. [Apresentação de trabalho]. UFGRS.
- Pereira, A. K. S. (2021). Escritas insubmissas: Indisciplinando a História com Hortense Spillers e Saidiya Hartman. *História da Historiografia*, 14(36), 481–508. <https://doi.org/10.15848/hh.v14i36.1719>
- Perestrello, M. (1987). História da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro: Suas origens e fundação. Imago.
- Perestrello, M. (1992a). História da psicanálise no Brasil: O ensino nos institutos. In M. Perestrello, *Encontros & Psicanálise* (pp. 155–182). Imago.
- Perestrello, M. (1992b). Primeiros encontros com a psicanálise no Brasil (1899–1937): Os precursores do movimento psicanalítico. In M. Perestrello, *Encontros: Psicanálise* (pp. 111–152). Imago.

- Philips, F. (1997). *Psicanálise do desconhecido*. Editora 34.
- Plotkin, M. B. (2012). The diffusion of psychoanalysis under conditions of political authoritarianism: The case of Argentina, 1960s and 1970s. In J. Damousi & M. B. Plotkin (Eds.), *Psychoanalysis and politics: Histories of psychoanalysis under conditions of restricted political freedom* (pp. 185–208). Oxford University Press.
- Porto-Carrero, J. P. (1929). *Psychanalyse: A sua história e o seu conceito*. In J. P. Porto-Carrero (Org.), *Ensaio de psychanalyse* (pp. 11–25). Flores & Mano. (Trabalho original publicado em 1928).
- Rona, P. M. (2010). *A topologia na psicanálise de Jacques Lacan: O significante, o conjunto e o número* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-20072010-154746/publico/rona2_do.pdf
- Roudinesco, E. (2006). *A análise e o arquivo*. Jorge Zahar.
- Rubin, A. L. (2020). No rastro historiográfico da psicanálise no Brasil: Reencontrando a escrita da sua ficção. *Revista de Teoria da História*, 23(2), 210–229. <https://doi.org/10.5216/rth.v23i2.65241>
- Rubin, A. L. (2021). *Uma psicanálise para a subversão: A produção psicanalítica brasileira e o discurso (sobre o) adolescente em tempos ditatoriais (1964–1985)* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-28042021-184232/>
- Ruperthuz, M. (2021). Algunas reflexiones sobre el concepto de pionero en la historia del psicoanálisis: Examen de una estrategia historiográfica. *Revista Latinoamericana de Psicopatología Fundamental*, 24(4), 706–729. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2021v24n4p706.11>
- Russo, J. A. (2002). A difusão da psicanálise no Brasil na primeira metade do século XX: Da vanguarda modernista à rádio-novela. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 2(1), 14–34. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/7704>
- Sachs, H. (1947). Observation of a training analyst. *The Psychoanalytic Quarterly*, 16(2), 157–168. <https://doi.org/10.1080/021674086.1947.11925675>
- Saussure, F. (2006). *Curso de linguística geral*. Cultrix. (Trabalho original publicado em 1916).
- Seth, S. (2013). Razão ou raciocínio? Clío ou Shiva? *História Da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, 6(11), 173–189. <https://doi.org/10.15848/hh.v0i11.554>

Como Citar:

Della Vechia, T., & Kessler, C. H. O(utras)rigens: Historiografias da psicanálise brasileira. *Revista Subjetividades*, 25(3), e14557. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v25i3.e14557>

Endereço para correspondência

Thomaz Chaves Della Vechia
E-mail: dellavechia@gmail.com

Carlos Henrique Kessler
E-mail: carloshkessler@yahoo.com.br



Recebido: 19/07/2023
Aceito: 29/10/2025